

IDENTIDADE DOCENTE: APONTAMENTOS SOBRE AS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES DO *EU*

*Carlos Ian Bezerra de Melo**, *Silvina Pimentel Silva***,
*Isabel Maria Sabino de Farias****

RESUMO

No campo da Educação, as últimas décadas foram marcadas pelo direcionamento das discussões na formação docente à esfera mais subjetiva, compreendendo o professor não mais como mero reprodutor de lições, mas como indivíduo dotado de especificidades que se torna docente através de processos socializadores na profissão. Desse contexto emerge o conceito de identidade profissional docente (IPD), considerado, em linhas gerais, como o resultado - não fixo, mas dinâmico - da imersão do sujeito na docência. Compreendendo que abordar as identidades de professores sem demarcar a base teórica que sustenta e delinea a definição dessa categoria pode acarretar imprecisões ou descontextualizações, este artigo tem por objetivo discutir a IPD a partir do conceito de identidade, sob as óticas sociológica, psicossocial e profissional. O debate proposto intenciona, dessa forma, contribuir com pesquisas sobre identidade docente, considerando a complexidade desse objeto de estudo e demarcando elementos fundantes das discussões sobre processos identitários de professores.

Palavras-chave: identidade profissional docente; processos identitários; formação de professores; socialização docente.

* Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da UECE no curso de licenciatura em Matemática da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS). ORCID: 0000-0003-1555-3524. Correio eletrônico: carlosian.melo@uece.br.

** Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CED). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS). ORCID: 0000-0002-5486-3608. Correio eletrônico: silvina.silva@uece.br.

*** Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CED). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS). ORCID: 0000-0003-1799-0963. Correio eletrônico: isabelinhasabino@yahoo.com.br.

TEACHING IDENTITY: NOTES ON THE MULTIPLE REPRESENTATIONS OF THE SELF

ABSTRACT

The last decades have been remarkable in the field of Education by the direction of discussions in teacher training to the most subjective sphere, understanding the teacher no longer as reproducer of lessons, but as an individual with specificities, who becomes a teacher through the socializing processes in the profession. From this context emerges the concept of teacher professional identity (TPI), considered, in general terms, as the result – not fixed, but dynamic – of the subject’s immersion in teaching. Understanding that approaching teachers’ identities without demarcating the theoretical basis that supports and outlines the definition of this category can lead to inaccuracies or decontextualization, this article aims to discuss TPI from the concept of identity, in the sociological, psychosocial and professional perspectives. Therefore, the proposed debate intends to contribute to research on teacher identity, considering the complexity of this object of study and demarcating founding elements of the discussions on teachers’ identity processes.

Keywords: *teacher professional identity; identity processes; teachers’ training; teacher socialization.*

IDENTIDAD DOCENTE: APUNTES SOBRE LAS MÚLTIPLAS REPRESENTACIONES DEL YO

RESUMEN

En el campo de la Educación, las últimas décadas han estado marcadas por el direccionamiento de las discusiones en la formación docente hacia la esfera más subjetiva, entendiendo al docente ya no como un mero reproductor de lecciones, sino como un individuo dotado de especificidades que se convierte en docente a través de procesos socializadores en la profesión. De este contexto surge el concepto de identidad profesional docente (IPD), considerada, en términos generales, como el resultado – no fijo, sino dinámico – de la inmersión del sujeto en la docencia. Entendiendo que abordar las identidades de los docentes sin demarcar la base teórica que sustenta y perfila la definición de esta categoría puede conducir a imprecisiones o descontextualizaciones, este artículo tiene como objetivo discutir el IPD desde el concepto de identidad, las perspectivas sociológica, psicosocial y profesional. El debate propuesto pretende, por lo tanto, contribuir a la investigación sobre la identidad docente, considerando la complejidad de este objeto de estudio y demarcando elementos fundantes de las discusiones sobre los procesos identitarios de los profesores.

Palabras clave: *identidad profesional docente; procesos de identidad; formación de profesores; socialización docente.*

1 PARA INÍCIO DE CONVERSA...

As pesquisas na área da Educação, nas últimas décadas do século XX, inspiradas por estudos nos campos psicológicos e sociológicos, dedicaram-se mais especificamente à formação docente em sua dimensão subjetiva; isto é, passaram a considerar a esfera pessoal e as especificidades dos professores como elementos primordiais na formação, desenvolvimento e trabalho docente. Essa virada epistemológica mostra-se recente no cenário internacional, marcada sobretudo pela publicação do livro “O professor é uma pessoa” (*L’enseignant est une personne*), de Ada Abraham (1984), difundida no contexto brasileiro por Antonio Nóvoa (1992) ao citar o argumento de Jennifer Nias de que “[...] o professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor” (NIAS, 1991, p. 30).

Em linhas gerais, essa dimensão subjetiva da formação do professor, tão importante quanto a mobilização dos saberes próprios a essa atividade profissional, está diretamente relacionada aos elementos presentes nesse ciclo de socialização e ao processo constitutivo desse sujeito como um todo. Tais aspectos englobam a identidade e a experiência individual, afetiva e emocional do indivíduo, e movimentam a constituição da identidade profissional docente (IPD), foco da análise deste artigo.

A identidade do professor, constantemente feita e refeita, é o que norteia e impulsiona suas práticas e seu percurso profissional, permeando todas as vivências e dando o tom das experiências, dotando de sentidos e significados sua ação, consubstanciando e materializando tanto a compreensão do profissional acerca de sua individualidade, quanto de seu pertencimento à categoria docente, e, ainda, seu entendimento e comprometimento para com a Educação e seus fins.

Este é um aspecto que legitima e reforça a relevância de análises como a que ora se propõe sobre a IPD, seus elementos e processos constitutivos, especialmente no que tange à formação desse profissional, pois conhecer as dinâmicas e nuances dos percursos de como alguém se faz professor é fundamental para que se potencialize os processos formativos de docentes (FARIAS *et al.*, 2014; MELO, 2021). As reflexões anotadas neste escrito, portanto, buscam contribuir nessa direção ao se debruçarem sobre as bases teóricas que sustentam o debate sobre o construto identidade, e, mais especificamente, identidade docente. Em sendo assim, assume como objetivo discutir a IPD a partir do conceito de identidade, sob as óticas sociológica, psicossocial e profissional.

Em termos estruturais, iniciamos abordando a identidade em sua forma social, partindo da noção de socialização de Berger e Luckmann (1985) e das lentes sociológicas de Dubar (2005) e psicossociais de Ciampa (2005). Em seguida, abordamos a identidade em seu espectro profissional, considerando o papel do trabalho no contexto do mundo globalizado. Destacamos, por fim, a IPD em suas especificidades e reverberações no ser/fazer docente, apoiados nos estudos de Pimenta (1999), Marcelo (2009), Imbernón (2010), entre outros.

2 IDENTIDADE SOCIAL OU QUEM SE É PARA O MUNDO DOS HOMENS

Tido como um conceito trivial, amplamente utilizado no cotidiano, é matéria do senso comum que a identidade de uma coisa é aquilo que ela é. Para conhecer

alguém - saber sua identidade - perguntamos: quem é você? Comumente obtemos por resposta: “Eu sou Maria.” Eu sou João”. Eu sou Alguém. Entretanto, dificilmente essa devolutiva será suficiente se o intuito for, de fato, conhecer esse alguém. O mesmo vale para sua identidade. Afinal, um nome identifica alguém, estipula uma característica do sujeito, mas não é, de todo modo, o que expressa o conceito do que seja sua identidade.

Este simples exemplo evidencia que o conceito de identidade não é trivial como se convencionou pensar, relacionando a identidade de alguém a como ou com o que esse alguém se identifica e é identificado formalmente. “[...] num primeiro momento somos levados a ver a identidade como um traço estatístico que define o ser. O indivíduo aparece isolado, sua identidade como algo imediato, imutável” (CIAMPA, 2005, p. 135). A identidade é vista, assim, como uma característica pré-estabelecida, que representa o ser em sua integridade.

Nossa linguagem cotidiana tem dificuldades de falar do ser como atividade - como acontecer, como suceder. Acabamos por usar substantivos que criam a ilusão de uma substância de que o indivíduo seria dotado, substância que se expressaria através dele. Por isso, quando representamos a identidade, usamos com muita frequência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lava a terra). (CIAMPA, 2005, p. 138).

Este pensamento tem origem no modelo de racionalidade sobre o qual a sociedade contemporânea se edificou. Nosso sistema de interpretação do mundo, fundamentado amplamente nas correntes filosóficas gregas da antiguidade e endossado pela cientificidade do iluminismo, propõe regras lineares e objetivas de apreensão e compreensão da realidade, através das quais buscamos a essência das coisas, sua identidade, de modo cartesiano.

Buscar conhecer a identidade de alguém, no contexto dessa lógica, é desvendar quem é essa pessoa, quais características melhor a definem. Mas afinal, como capturar em elementos a essência de alguém? Aliás, é possível? Por muito tempo estudos de Psicologia dedicaram-se a investigar a identidade humana baseados na concepção de que se trata de um traço estático (ou conjunto de traços estáticos) que define alguém, forjado em algum momento do percurso da vida, e que acompanha o ser até seus dias finais.

Tais manifestações expressam um conceito de identidade cristalizado sob a lógica racional, que implica na simples categorização do ser, a partir de traços apriorísticos exteriorizados. Alguém é aquilo que é, e não pode ser nada além, sob risco de deixar de ser esse alguém. Essa concepção de identidade, todavia, vem sendo colocada em xeque e refutada por estudos há algumas décadas. Esse é, afinal, um tema de interesse não só da Psicologia, mas de áreas como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a História e a Educação, entre outras, âmbitos nos quais as pesquisas desenvolvidas tendem a evidenciar que “não é bem por aí” em se tratando do conceito de identidade.

No contexto da sociologia, Berger e Luckmann (1985) desenvolveram um importante estudo sobre a construção social do mundo, em que apontam a sociedade como uma realidade objetiva e subjetiva, construída na relação com o indivíduo. Processa-se, pois, externa e internamente ao homem, decorrendo de sua

concretude e subjetivação. Com base nessa interação dialética, torna-se o sujeito membro da sociedade. Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 175),

O processo ontogenético pelo qual isto se realiza é a socialização, que pode assim ser definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.

Tal perspectiva sinaliza, ainda de modo sutil, uma interação entre a realidade social externa ao indivíduo e aspectos subjetivos internos, no contexto da socialização e apreensão do mundo, que conflui na constituição identitária. O esforço dos teóricos é de evidenciar como a realidade é construída na mediação das esferas objetiva e subjetiva, por meio dos processos de socialização, arriscando-se, ainda, a esboçar considerações sobre a construção da identidade. É o que conferimos na seguinte passagem:

[...] a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo. Dito de outra maneira, todas as identificações realizaram-se em horizonte que implicam um mundo social específico. [...] Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo. [...] A apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do mesmo processo de interiorização, mediatizado pelos mesmos outros significativos. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 177-178).

Apontamos para um aspecto primordial relativo à socialização humana e, por conseguinte, à identidade: a interação dialética entre o homem e o mundo. Nos referimos à implicação recíproca do ser social na sociedade, do confronto entre o caráter biológico e social do homem, o qual, ao inserir-se no mundo, transforma-o e é por ele transformado. Afinal, nas palavras de Berger e Luckmann (1985, p. 241), “[...] na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo”.

Os autores evidenciado acima assinalam o aspecto social como fundante do homem e de sua identidade, baseado nos processos de socialização pelos quais passa, contrapondo-se ao pensamento que considera o caráter biológico predominante na constituição identitária e toma o sujeito como imune às dinâmicas sociais. Mais especificamente, estes autores associam a construção da identidade pessoal ao processo de socialização primária e a construção da identidade social ao processo de socialização secundária. Destacam, ainda, a internalização de papéis quanto à composição identitária, caracterizando-a como um fenômeno de aprendizagem e apreensão de mundo.

Claude Dubar (1945-2015), referência em estudos identitários, elaborou uma teoria na esteira desse pensamento. Sua principal obra – “A socialiação” – trata

especificamente dos processos de socialização profissional, com vistas à construção das identidades, sobremaneira aquelas voltadas às profissões (DUBAR, 2005). Nesse escrito, o autor francês inicia apontando de onde parte sua tese: a dualidade do social. Segundo o autor, a identidade “[...] nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 2005, p. 136). Baseados nessa afirmativa, compreendemos que

[...] a identidade de alguém é uma representação estável, pois diz respeito à padrões que sintetizam características solidificadas do sujeito, mas também provisória, uma vez que o que foi pode não mais o ser. É individual, pois relaciona-se com a singularidade do indivíduo, sua trajetória de vida e seu eu no mundo, mas também coletiva, pois de maneira igual tem a ver com as relações com e sobre as quais foi erigida. Subjetiva, pois dá-se a partir de questões internas, de processos psíquicos, cognitivos, relacionais e afetivos, e também objetiva pois diz respeito às ações do ser e à sua relação concreta com o mundo vivido. Biográfica, relativa à experiência de vida, e estrutural, enquanto reflexo da dinâmica social vigente. (MELO; SILVA; FALCÃO, 2021, p. 8).

Tal entendimento avança na discussão em torno do tema à medida que assume a divisão interna da identidade, baseada em aspectos psicológicos, e introduz a dimensão subjetiva, vivida e psíquica no cerne da análise sociológica. Dessa divisão interna brotam dois conceitos-chave no pensamento de Dubar, oriundos da identidade e que a compõem: a *identidade para si* e a *identidade para o outro*. A primeira diz respeito a aspirações internas, a quem se pensa ser ou deseja ser, enquanto a outra refere-se a projeções externas, estipulações vindas de outrem.

“A divisão do Eu como expressão subjetiva da dualidade social aparece claramente através dos mecanismos de identificação. Cada um é identificado por outrem, mas pode recusar essa identificação e se definir de outra forma” (DUBAR, 2005, p. 137). Essa identificação, que já figurava as discussões de Berger e Luckmann (1985), relaciona-se ao processo de interiorização do mundo e tem por base “[...] categorias socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas em níveis diferentes (designações oficiais de Estado, denominações étnicas, regionais, profissionais, até mesmo idiosincrasias diversas...)” (DUBAR, 2005, p. 137).

Decorre dessa identificação atos de atribuição, relacionados à identidade para o outro, pois visam definir que tipo de homem (ou mulher) se é, e atos de pertencimento, relacionados à identidade para si, pois exprimem que tipo de homem (ou mulher) se quer ser. Dito de outra forma, os atos de atribuição dizem respeito à(s) identidade(s) que os outros, fundamentados nas interações sociais, atribuem ao indivíduo, enquanto que os atos de pertencimento referem-se à(s) identidade(s) as quais o indivíduo reivindica para si, em um movimento de incorporação.

Essas ideias remetem à percepção de que as dinâmicas de identificação passam a interação do eu com o outro, do eu com o mundo. Somente a partir da constituição dessa trama de relações intra e inter identitárias, afinal, é possível

estabelecer aspectos da própria identidade, através dos sentidos e significados atribuídos aos elementos que compõem os processos de socialização. Sinteticamente, “[...] nunca sei quem sou a não ser no olhar do Outro” (DUBAR, 2005, p. 135).

A identidade resulta, assim, de esquemas de negociação identitária entre o processo biográfico, que diz respeito às trajetórias de vida, à identidade para si, a questões intrínsecas à natureza do homem e sua percepção de mundo, e o processo relacional (social), que remete às relações estabelecidas e às instituições que são cenários dessa socialização, à identidade para o outro, e à materialização do homem nesse mundo dos outros, mundo já existente, mundo real.

Tais processos identitários, mesmo heterogêneos, recorrem a um mecanismo comum: a tipificação, que sugere a existência de modelos sociais significativos de identidades, atribuídos e/ou reivindicados ao/pelo sujeito. A tipificação articula-se à noção de papéis sociais, desempenhados no seio das relações em sociedade. Nesse sentido,

A identidade vai, assim, se compondo da articulação sucessiva de diversos papéis sociais com os quais o sujeito se identifica ou estabelece mecanismos contrários à identificação. Os papéis definem a participação dos sujeitos nos processos de interação social. Esses papéis são institucionalizados e legitimados pela ordem de valores vigentes na sociedade. Desta forma, a ordem social tipifica o indivíduo, suas ações e suas formas de agir. O sujeito tipificado interage socialmente através do desempenho de papéis. Esses papéis se distribuem diferentemente pela sociedade através, principalmente, da divisão de trabalho e distribuição social do conhecimento, e vão sendo incorporados através dos processos de socialização. (MELO, 2018, p. 30).

Em suma, a proposição teórica de Dubar sustenta que a identidade não é um traço apriorístico, totalmente conferido pelo âmbito biológico, tampouco um traço determinista estipulado pela sociedade, única e integralmente, como se estivesse o indivíduo inteiramente à mercê das dinâmicas do social. Mas, sim, resultado da negociação e estratégias identitárias de ambas esferas: pessoal e social, biográfica e relacional, interna e externa ao sujeito. “[...] O que está em jogo é exatamente a articulação desses dois processos complexos, mas autônomos: a identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade” (DUBAR, 2005, p. 143).

Outra perspectiva de interpretação das dinâmicas identitárias que ganha destaque em nossa análise é a do psicólogo brasileiro Antonio Ciampa (2005), que traçou sua teoria psicossocial da identidade, estipulando o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, cerne de seu estudo, no qual aqui nos detemos.

Ciampa (2005) inicia, assim como nós neste escrito, apontando a tendência de encarar a identidade como um traço estático que define o ser, de onde decorre a primeira categoria de sua teoria, a de personagem. Para o autor, a personagem que ilustra de imediato nossa identidade é resultado da incorporação do que os outros (indivíduos e sociedade) dizem que somos.

Interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predicarmos coisas que

os outros nos atribuem. Até certa fase essa relação é transparente e muito efetiva; depois de algum tempo, torna-se menos direta e visível; torna-se mais seletiva, mais velada (e mais complicada). (CIAMPA, 2005, p. 136).

É apontado, todavia, que a personagem guarda relação intrínseca com alguma atividade que se cristaliza e coisifica-se sob essa forma. Por exemplo: ao dizer “ela é professora”, estamos dizendo, na verdade, “ela ensina”; o personagem que a identifica é oriundo de uma ação. Ou seja: o que ilustra nossa identidade a priori é predicado de uma atividade, uma ação, embora se assemelhe mais a uma substantivação. “Somos substantivos (sem percebermos que, de fato, estamos sendo o verbo substantivar-se)” (CIAMPA, 2005, p. 186).

Com base na forma de personagem, que é parte do todo da identidade, Ciampa (2005) assevera que a identidade é a articulação da diferença e da igualdade. Ao mesmo tempo que nos diferencia dos outros, singularizando-nos, também nos iguala, enquanto categoria, classe. Ser filho, pai, professor, artista, etc., são traços identitários de igualdade e diferença. É também dessa interpretação apriorística de identidade enquanto personagem, que o autor aponta para sua verdadeira essência: a metamorfose. Sustenta e evidencia que, embora apareçamos frente aos demais como uma substantivação, somos constante mudança, constante transformação, somos metamorfose. Na verdade, nós não somos, nós estamos sendo.

De modo que, quando sustentamos uma personagem, que nos identifica, estamos, na verdade, repondo-a constantemente, aspecto denominado *mesmice*, a qual é “[...] pressuposta como dada permanentemente e não como re-posição de uma identidade que uma vez foi posta” (CIAMPA, 2005, p. 170), o que, de fato, é. Dessa re-posição, da não alteridade, surge o conceito de fetichismo da personagem, que, em linhas gerais, se refere à quando o indivíduo cristaliza sua identidade nessa condição de *mesmice*, o que pode impedir a busca por emancipação.

Até agora, vimos que a identidade é composta por “[...] múltiplas personagens que ora se conversam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam [...]”, e, sobretudo, se transformam, se modificam” (CIAMPA, 2005, p. 162). “Essas diferentes maneiras de se estruturar as personagens indicam como que modos de produção da identidade. Certamente são maneiras possíveis de uma identidade se estruturar” (CIAMPA, 2005, p. 162).

Outra categoria valiosa à compreensão da teoria de Ciampa (2005, p. 193-194) é a consciência, pois “[...] à medida que vão ocorrendo transformações na identidade, concomitantemente ocorrem transformações na consciência (tanto quando na atividade)”. Perceba o leitor que a consciência é como que a chave para a alteridade da identidade e, por conseguinte, para a emancipação. Por alteridade entendemos o processo de admitir o caráter dinâmico da identidade, a fim de assumi-la enquanto constante metamorfose, não mais permanecendo em estado de *mesmice*, mas, sim, em estado de *mesmidade*, reconhecendo e possibilitando o ser outro em si mesmo (CIAMPA, 2005).

É precisamente nesse sentido que esse autor aponta o sintagma identidade-metamorfose-emancipação. Esta última entendida como a assunção de uma identidade consciente, do ser-para-si, e não mais da re-posição de identidades pressu-

postas, advindas de outrem. Assim, assevera-se em Ciampa (2005), finalmente, que alcançar a identidade é compreender a relação entre indivíduo e sociedade, por isso a necessidade de entendê-la enquanto metamorfose na composição do mundo dos homens, que, igualmente, se transforma a cada instante. Assumir esse movimento identitário é tornar-se homem (ou mulher) no mundo.

As teorias aqui abordadas são, a nosso ver, poderosas ferramentas de interpretação e compreensão do processo de constituição da identidade, do vir-a-ser homem (ou mulher) em sociedade. Reconhecem aspectos em comum nas dinâmicas identitárias, como a materialidade do sujeito e de sua subjetividade em relação ao mundo; a relação dialética entre os âmbitos interno/biográfico/pessoal e externo/relacional/social, que caracteriza a socialização humana; e a historicidade, enquanto aspecto próprio desse processo. Oriundas de áreas distintas, cada uma das teorias, individualmente, desempenha uma análise consistente em torno da temática. Contudo, se combinadas, revelam ainda mais sobre o emergir da identidade e suas nuances em meio social, sob diferentes pontos de vistas e manifestações.

Valendo-se, assim, da ótica sociológica e psicossocial, compreendemos que a identidade é resultado de uma construção dialética entre o ser, enquanto indivíduo único, e a sociedade, produto e produtora do homem. Por essa razão, depende de aspectos internos (cognitivos, afetivos, ideológicos), mas também das dinâmicas socializadoras externas, presentes no mundo e prontamente expressas em políticas identitárias das macroestruturas.

3 IDENTIDADE PROFISSIONAL OU QUEM SE É PARA O MUNDO DO TRABALHO

Diante do exposto, é cabível que se questione a pertinência de estudar identidades profissionais, uma vez que a identidade, em si, engloba todas as manifestações de socialização pelas quais passa o indivíduo, inclusive as em âmbito profissional. Entendendo, todavia, que uma coisa é mais do que a soma de suas partes, justifica considerarmos as particularidades de cada aspecto do processo de constituição identitária, compreendendo suas relações entre si e com o todo. Logo, empreender estudo da identidade sob o viés das profissões, e, ainda mais, o da profissionalização na docência, é não apenas apropriado, mas imprescindível.

No vigente modelo de sociedade e seu sistema econômico, o trabalho implica amplamente na vida do homem. Trabalho que, nessa perspectiva, é tido como a ação intencional e consciente do indivíduo sobre a natureza. Embora não caiba aprofundarmos essa discussão, pois correríamos o risco de desviarmos do foco principal, é possível afirmar que é pelo trabalho e a partir dele que arregimentamos nossos projetos de vida. O trabalho movimenta a economia, os valores, a cultura e, por conseguinte, o homem. Razão pela qual a socialização está intimamente relacionada à imersão ao mundo do trabalho, sobretudo em se tratando de um período histórico no qual o sistema capitalista vigora, em meio a uma crise, submetendo a experiência humana aos interesses do capital, por meio da alienação do trabalho.

Temos, assim, nos termos de Dubar (2005, p. 148), que,

Entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema escolar e a confrontação com o mercado de trabalho

constituem atualmente um momento essencial da construção de uma identidade autônoma. É claro que o conjunto das escolhas de orientação escolar mais ou menos forçadas ou assumidas representa uma antecipação importante do status social futuro. A entrada em uma “especialidade” disciplinar ou técnica constitui um ato significativo da identidade virtual. Mas, hoje em dia, é na confrontação com o mercado de trabalho que, certamente, se situa a implicação identitária mais importante dos indivíduos da geração da crise.

Retomando as ideias de Berger e Luckmann (1985, p. 184), consideramos que a imersão no mundo profissional pode ser considerada como momento de socialização secundária, isto é, “[...] de interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições”. Em geral, a socialização primária, a do convívio familiar, tem maior importância ao indivíduo, uma vez que é a primeira experiência de mundo concreto que se tem e a partir da qual se molda os padrões de realidade e interação possíveis. Já a socialização secundária manifesta-se usualmente como mais complexa e delicada, pois, já havendo conhecido estruturas sociais com base na ótica dos outros significativos, a interação nesse novo nicho social acaba acontecendo em relação aos modelos prévios (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Ingressar em relações de trabalho significa expandir o horizonte de interações: a uma nova estrutura, que pode assumir formato semelhante ou não aos moldes de socialização anteriores; a sujeitos outros, com os quais se pode ter ou não um vínculo afetivo de identificação, para além do profissional (e essa é uma das principais diferenças entre a socialização primária e secundária); e a um universo inteiramente novo de símbolos, crenças, expectativas, demandas, especificidades, sentidos e significados que circundam o mundo do trabalho. Elementos esses que, considerando a dialética entre a identidade e os âmbitos interno e externo, certamente incidirão sobre o processo constitutivo.

Para compreender esse processo de socialização, de interiorização do mundo, em âmbito profissional, é interessante que recorramos à teoria do *habitus*, de Pierre Bourdieu (2009). Segundo a definição do próprio autor, trata-se de “[...] sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isso é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações” (BOURDIEU, 2009, p. 88). Nessa teoria, *habitus* é um *modus operandi* no campo mental que media a relação homem e sociedade.

Em termos mais simples,

O *habitus* é um sistema de esquemas de percepção, de apreciação e de ação, em outras palavras, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo que permite perceber e agir num universo social. Ele se constitui a partir da exposição repetida a condições sociais definidas, imprimindo, no seio dos indivíduos, um conjunto de disposições duráveis e transponíveis que decorrem da interiorização da necessidade de seu meio social. (BRANDÃO; ALTMANN, 2005, p. 2).

Levantamos aqui a discussão em torno do *habitus*, pois a imersão no campo profissional remete a essa teoria de socialização, uma vez que as estruturas estruturadas que funcionam como estruturantes são facilmente identificadas no mundo

do trabalho. Aliado à outra categoria da teoria de Bourdieu, a de campos sociais, o *habitus* profissional pressupõe jeitos de ser e estar na profissão, ao mesmo tempo que fabrica outros novos. “Segundo Bourdieu, ao assegurar a incorporação dos *habitus* de classe, a socialização produz o pertencimento de classe dos indivíduos, reproduzindo a classe como grupo que partilha o mesmo *habitus*” (DUBAR, 2005, p. 85), o que acontece em uma categoria profissional.

Em se tratando de identidade profissional, alguns esclarecimentos e distinções devem ser feitos. Na perspectiva aqui empregada, consideramos três interpretações da identidade relativa ao trabalho e à profissão, identificadas em estudos desenvolvidos sobre o tema. Embora intimamente imbricadas, a ponto de não ser possível falar de uma sem referir-se às outras, possuem especificidades que não podem ser desconsideradas, pois não distinguir essas visões possibilita interpretações conflituosas e comprometidas, ocasionando uma simplificação excessiva, que ignora a complexidade do assunto.

A primeira perspectiva de que se fala trata da identidade da profissão, ou, na verdade, do que se convencionou chamar identidade da profissão. Esse conceito parte, afinal, da concepção clássica de identidade como um conjunto de traços que identifica algo, e é compreendido como o agrupamento de características próprias de determinado segmento profissional, ou, ainda, do *status* que tal profissão ocupa no meio social. Diz respeito à historicidade e ao prestígio adquirido, e, ainda, às crenças e concepções, linguagens, símbolos, códigos de condutas e outras particularidades referentes a uma profissão.

O segundo ponto de vista é o da identidade da categoria profissional, uma decorrência quase imediata da “identidade da profissão”. Os principais traços atribuídos a uma profissão são transpostos aos profissionais que a compõem, em boa parte pelo próprio processo de socialização. É, de certo modo, uma ilustração do *habitus* profissional, visto que o processo socializador, atravessado pela “identidade da profissão”, insere os sujeitos em seus mecanismos de funcionamento, atribuindo-lhes uma identidade profissional que, por um lado, os assimila enquanto categoria de trabalho. Nesse processo, todavia, é possível perceber atributos de personalidade, uma vez que não se trata mais de uma categoria histórica, mas, sim, uma geração de homens e mulheres que desempenham o papel de determinada função profissional.

Por fim, há a identidade dos profissionais, enquanto indivíduos. Uma vez imersa no campo profissional e submetida às disposições de funcionamento, à “identidade profissional” e ao *habitus*, a identidade do indivíduo inicia um processo de metamorfose, adquirindo aspectos vinculados à socialização no mundo do trabalho. Não se trata, no entanto, de uma incorporação passiva e acrítica das identidades propostas pela macroestrutura, mas da gênese de uma nova, a partir dos elementos internos e externos ao homem, no momento em questão.

Na verdade, a identidade profissional do indivíduo diz respeito não só à profissão, mas, principalmente, à sua relação para com ela. Em contraponto à identidade profissional da categoria, tem-se que “[...] os indivíduos reunidos em uma determinada classe profissional possuem e manifestam características que os aproximam. Essas aproximações não irão igualá-los. Não existe igualdade já que a identidade também se processa em nível de contraste” (LEVY; GONÇALVES, 2016, p. 71).

Como ressaltado, as três óticas indicadas guardam uma complexa interrelação. São distintas e, ao mesmo tempo, a mesma coisa, de forma que, a identidade profissional pode ser entendida como mais que a soma de tais aspectos. Falar de identidade profissional é abordar as três perspectivas que se cruzam, aproximam-se e distanciam-se em certos pontos, e ter essa clareza é fundamental no trato com tal categoria.

4 IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE OU QUEM SE É ENQUANTO PROFESSOR

Eis que chegamos a um ponto central desta reflexão: a identidade profissional docente (IPD). O afinilamento conceitual aqui proposto seguiu o entendimento de que essa categoria congrega aspectos de três dimensões: a dimensão identitária, a dimensão profissional e a dimensão da docência. Compreendemos que a ótica lançada sobre tal objeto tende a ser mais consistente se parte da concepção de identidade em meio às dinâmicas de socialização profissional, considerando as especificidades do universo educacional, no qual se materializa.

O estudo sobre identidade docente não é, de todo, recente. A segunda metade do século passado foi marcada por mudanças em pesquisas educacionais, indo na contramão das perspectivas técnico-conteudistas que consideram o professor mero reprodutor de ações automatizadas e cuja formação foi durante muito tempo apenas uma justaposição de conteúdos. Articulada a essa perspectiva, tinha-se, ainda, o professor como um sujeito secundarizado no ato educativo, muitas vezes reduzido a executor de ensino, cuja personalidade, história e subjetividade não eram devidamente consideradas.

Tais mudanças de paradigma objetivaram recolocar o professor no seio dos debates educativos e das problemáticas de investigação. Assim, a tendência de pesquisas sobre a figura do professor e seus aspectos subjetivos e pessoais propôs a adoção paulatina de uma nova compreensão desse profissional enquanto pessoa que se faz professor (ABRAHAM, 1984; NÓVOA, 1992), sujeito ativo do processo de ensino e de aprendizagem.

Em meio a essas investigações, na esteira dos movimentos em busca de desvelar a essência do indivíduo, especialmente frente à organização e às formas de trabalhos da sociedade contemporânea, está o estudo da IPD. Tema esse assumido por autores de diversas partes do mundo, apoiados nas tendências educacionais sociológicas e em outras, que percebem forte presença, influência e indissociabilidade entre a pessoa e o professor que se é, visto que “[...] é impossível separar o eu profissional do eu pessoal” (NÓVOA, 1992, p. 17). Daí parte a necessidade de compreender como tais aspectos subjetivos implicam na ação docente, por meio da constituição e manifestação da identidade profissional do professor. Nesse sentido,

Evidencia-se que, partindo do conceito de identidade e sua manifestação no campo profissional, podemos visualizar o que, de fato, caracteriza a identidade profissional docente. Trata-se, em síntese, do resultado da imersão do indivíduo (pessoa provida de uma identidade previamente estabelecida) nos processos de socialização da docência (com todos seus elementos) e mecanismos de constituição identitária). (MELO; SILVA; FALCÃO, 2021, p. 12).

Essa concepção se firma nos elementos expostos anteriormente, fazendo alusão à socialização do professor e às relações sociais que estabelece ao longo da vida profissional e pessoal. Consideramos aqui o professor como um sujeito historicamente situado (PIMENTA, 1999), que, já havendo passado por processos anteriores de socialização, possui uma identidade prévia elaborada, com marcas pessoais e sociais. Tais processos são também incorporados por outros professores, com os quais interagiu e interage, constituindo concepções e crenças de um ponto de vista externo à profissão sobre o papel social que passa a assumir.

Diz respeito, ainda, aos processos de inserção e vivência na profissão, como a formação (inicial e continuada), a iniciação à docência e o desenvolvimento profissional (MELO; SILVA; FALCÃO, 2021). Ao ingressar no mundo do trabalho educativo, o professor confronta-se com novas concepções que implicam em suas crenças (relacionadas à figura docente, à escola, ao ensino, à Educação), novos vocabulários, códigos de condutas, expectativas e realidades, que aderem à sua identidade docente em constante processo de construção e reconstrução. Esse confronto acontece, pois em si já habita percepções de mundo estabilizadas (ou cristalizadas, em alguns casos) que resistem à introdução de novas e, ainda mais, à substituição por outras, decorrentes de socializações secundárias. É nesse embate que se (re)elabora a IPD.

Os principais aspectos e considerações em torno da IPD apontam seu caráter processual, contextual e histórico. Compreender como se constitui o professor é, sobretudo, percebê-lo como sujeito que se consolida no seio e a partir das relações que estabelece, situadas em contextos históricos. Se é a identidade “[...] o eu no mundo, e o mundo em mim” (MELO; SILVA; FALCÃO, 2021, p. 10), no caso do professor, então, é sua manifestação pessoal no mundo docente, e, ainda, o mundo docente, em todas suas especificidades, manifestado no sujeito. Manifestar identidades é, afinal, mobilizá-las; de modo que, ao tempo que se pensa em seus processos de constituição, pensa-se na identidade, em si.

Consideramos, junto à Nóvoa (1992, p. 16), que

A identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflito, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. A construção de identidade passa sempre por um processo complexo graças ao qual cada um se apropria do sentido da sua história pessoal e profissional [...]. É um processo que necessita de tempo. Um tempo para refazer identidades, para acomodar inovações para assimilar mudanças.

Se identidade é, todavia, processo e história, como diz Ciampa (2005), cabe perguntar: quando sua constituição inicia? No que se refere a identidade social, vimos que esta dá-se antes mesmo do nascimento, quando concepções e personagens pré-dispostos são elaborados e atribuídos ao indivíduo, e, uma vez iniciadas a vida e a socialização, entram em combate com as concepções e personagens íntimas ao novo ser. Em se tratando da identidade docente, temos que sua constituição se inicia junto à socialização do indivíduo à docência, a qual não se dá, to-

davia, apenas com a inserção do sujeito na profissão docente, como é comum pensar, ou mesmo por ocasião da formação para o exercício profissional.

O processo constitutivo começa, muitas vezes, antes mesmo de se aspirar ser professor, quando se assume o lugar de aluno. Afinal, a escola é, sobretudo, um potente espaço socializador, onde as percepções de mundo são alargadas, em relação ao âmbito da socialização primária, balizadas por figuras que orientam esse processo: os professores. Marcelo (2009, p. 116) assevera, nesse sentido, que “[...] a docência é a única das profissões em que os futuros profissionais se veem expostos a um maior período de observação não dirigida em relação às funções e tarefas que desempenharão no futuro [...]”, ainda que resguardada a diferença entre o olhar de aluno da Educação Básica e o de licenciando. O autor continua:

A identidade docente vai se configurando assim, de forma paulatina e pouco reflexiva através do que poderíamos denominar aprendizagem informal e mediante a observação em futuros professores que vão recebendo modelos docentes com os quais se vão identificando pouco a pouco, e em cuja identificação influem mais os aspectos emocionais que os racionais. (MARCELO, 2009, p. 116).

Notemos que, além de mobilizar as identidades docentes dos futuros professores, a escola é um espaço de socialização e mobilização identitária também, e principalmente, para os professores em exercício. Desse modo, os professores (re) elaboram suas identidades profissionais também “[...] no embate de seu cotidiano nas escolas, sobre a base das vivências que sua situação social de classe, de sexo, de raça lhes possibilitou como *background*. Eles se identificam a partir de seu trabalho de ensinar” (GATTI, 1996, p. 89).

A escola é, sem dúvidas, um campo de disputa identitária, no qual convergem identidades semelhantes (em se tratando da categoria profissional) e, ao mesmo tempo, diferentes (no que se refere à identidade dos professores enquanto indivíduos). É, ainda, na escola onde se manifestam e interagem as identidades, no âmbito da socialização com os pares, com os alunos, com a comunidade escolar, no geral, num fluxo contínuo de atos de atribuição, pertencimento e recusa, além dos fatores internos que moldam e transformam a identidade docente ao longo da trajetória de vida, tais como sentimentos, afetos, anseios, expectativas, aspirações e crenças.

Tais crenças dos professores merecem destaque, pois são também elementos fundantes das identidades (MARCELO, 2009). Basta lembrar que a identidade se relaciona, como dito antes, ao que acredito ser, ao que os outros acreditam que sou e ao que, de fato, eu sou, que se situa - se assim podemos dizer - na interseção dos dois anteriores. De modo que refletir sobre as crenças dos professores é um pertinente caminho para compreender a constituição da IPD, bem como debruçar-se sobre suas histórias de vida e percursos profissionais (FARIAS *et al.*, 2014).

Mais do que em relação aos elementos individualizantes, também nos referimos ao resultado que têm as reflexões na constituição identitária dos sujeitos. Ao transformar-se em objeto da própria reflexão, uma pessoa ou um grupo dá sentido às experiências, adquire conhecimento de produção do novo, harmoniza processos frequentemente contraditórios que acontecem no limiar do que pensamos que somos e do que desejamos ser, do que fomos antes, do que somos

agora, e, ainda mais, do que podemos vir a ser. Em outras palavras, tal processo transforma identidades.

Não são apenas as crenças dos próprios professores, todavia, que implicam na identidade. As crenças dos outros, da sociedade em geral, também o fazem, muitas vezes, predominantemente. A docência enquanto profissão é alvo do imaginário popular, que elabora, a partir do senso comum, uma imagem desse profissional, de sua atuação e do que isso significa ao sujeito e à sociedade.

É nessa dialética entre o que cabe ao professor enquanto sujeito e o que cabe aos fatores externos em seus meios relacionais que se constitui a IPD, em nível de profissão, de categoria de trabalho e individualmente. Conforme afirmam Farias *et al.* (2014, p. 59), “[...] a identidade docente se define também como lugar de lutas e de conflitos, pois as determinações sociais e históricas são alvos de confronto e de negociações complexas que requerem a produção de justificação e de sentido à sua recusa ou aceitação”.

Nesse campo de forças que disputam entre si, alimentado pelas crenças sobre a docência, apontamos o *habitus* professoral, baseado no conceito de Bourdieu (2009) mencionado anteriormente. Transpondo essa compreensão para o âmbito da docência, afirmamos que existem disposições da ação docente já pré-estabelecidas – ou seja, estruturadas –, que atuam sutilmente na estruturação das novas práticas docentes, como práticas cristalizadas. Em outras palavras, há um “modo” de ser professor já estabelecido socialmente, no imaginário coletivo, reproduzido pelas crenças e práticas cristalizadas na docência, e, por conseguinte, na formação profissional docente.

Se o *habitus* professoral molda posturas, práticas, ações, molda, por conseguinte, identidades. Visto que se tratam de marcas – algumas delas estereótipos – da “personagem professor” e, principalmente, de sua ação, é o que, com efeito, será incorporado por muitos dos docentes em processo formativo. Remetendo ao fato de que a identificação é um importante fator na socialização, muitos sujeitos chegam à docência identificados com o *habitus* professoral, com uma identidade docente pré-moldada.

Isso contribui (como estrutura estruturante) para a reprodução de padrões esperados da ação do professor, dificultando o desenvolvimento de uma identidade docente para si, enquanto indivíduo; uma identidade emancipada, fruto da reflexão e tomada de consciência (CIAMPA, 2005). Delineamos, assim, uma das questões centrais no estudo sobre a IPD: o conflito entre identidades docentes pré-dispostas (relacionadas ao *habitus* professoral), assumidas e reproduzidas acriticamente, e identidades docentes constituídas refletida e conscientemente – logo, emancipadas –, a partir das próprias socializações dos indivíduos na docência.

Dado o exposto até aqui, podemos inferir que a conceituação de identidade docente e os processos de sua constituição, por si só, justificariam esforços em investigações. Para além disso, tem-se um aspecto, ao nosso ver, ainda maior, em relação à identidade do professor, o qual sustenta esta investigação. Trata-se do fato de que a IPD, sendo uma síntese de quem se é e de como se está sendo no âmbito da profissão, é também, e sobretudo, orientadora da prática.

É a identidade a lente que se utiliza para enxergar o mundo escolar e a função do professor nele e, ainda, para exteriorizar as crenças e ações em torno da docência. Vale lembrar que é através da nossa identidade que os outros nos en-

xergam, e é também pela identidade que nos expressamos, que agimos e que executamos nossas demandas internas e externas. De sorte que a identidade profissional de um professor está completamente entrelaçada à sua prática.

Por esse motivo, investigar a IPD é, de certa maneira, investigar a própria prática docente. Isto significa que compreender as constituições e mobilizações identitárias, os processos e elementos que deles fazem parte (FARIAS *et al.*, 2014), sobretudo em espaços institucionais voltados à formação docente, possibilita perceber manifestações das práticas dos professores, de maneira análoga a qual se olhando para a prática docente é possível perceber traços da IPD.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta argumentação, algumas considerações fazem-se pertinentes. Inicialmente, reafirmamos a necessidade de estabelecer as bases teóricas da discussão a respeito da IPD, considerando este um conceito complexo que carrega em si noções de mundo, de homem, de Educação, de docência, etc. Não demarcar esses fundamentos epistemológicos pode significar uma superficialidade na abordagem do assunto, uma diluição da noção de que considerar a identidade docente é considerar o professor enquanto um indivíduo histórico e socialmente situado e que vivencia processos de socialização na profissão.

Tais processos possuem grande potencial de implicar em seu ser/fazer docente, entendimento que nos conduz à consideração seguinte: a importância de lançar vistas ao estudo da IPD em contextos de formação, sobretudo na formação inicial. Não abordamos diretamente neste artigo, devido ao reduzido espaço de discussão, mas, considerando ser o primeiro espaço de socialização oficial e direcionada na docência, a formação inicial cumpre significativo papel na (re)elaboração identitária de futuros professores, afinal tem por objetivo formar docentes. Esse processo e os elementos que dele fazem parte e que mobilizam as identidade, pautados na reflexão do indivíduo, carecem ser investigados, a fim de qualificar a formação profissional para a docência, especialmente em seu aspecto subjetivo, relativo ao vir a ser professor.

As discussões aqui propostas visaram contribuir às pesquisas que se dedicam ao estudo da IPD na compreensão dessa categoria partindo do conceito social de identidade e de seu desdobramento no âmbito das profissões.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, A. *L'enseignant est une personne*. Paris: Éditions ESF, 1984.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. São Paulo: Vozes, 2009.
- BRANDÃO, Z.; ALTMANN, H. Algumas hipóteses sobre a transformação dos habitus. *Boletim SOCED*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-12, 2005. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=5915@1>. Acesso em: 7 jun. 2019.

- CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FARIAS, I. M. S. de; SALES, J. de O. C. B.; BRAGA, M. M. S. de C.; FRANÇA, M. do S. L. M. *Didática e docência: aprendendo a profissão*. 4. ed. Brasília: Líber Livro, 2014.
- GATTI, B. A. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 98, p. 85-90, ago. 1996. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/798>. Acesso em: 9 ago. 2018.
- LEVY; L. F.; GONÇALVES, T. O. O professor de Matemática: quem é? *Revista Paranaense de Educação Matemática (RPEM)*, Campo Mourão, PR, v. 5, n. 8, p. 60-82, jan.-jun. 2016. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/rpem/article/view/1226>. Acesso em: 22 out. 2019.
- MARCELO, C. A identidade docente: constantes e desafios. *Formação Docente*, v. 1, n. 1, p. 109-131, ago./dez. 2009. Disponível em: <https://revformacao docente.com.br/index.php/rbpf/article/view/8>. Acesso em: 24 abr. 2016.
- MELO, C. I. B. de. *Constituição da identidade profissional de professores de Matemática sob a ótica dos formadores*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2021. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=99845>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MELO, C. I. B. de. *O processo de constituição da identidade docente do professor de Matemática: um olhar de discentes e egressos sobre o curso de Licenciatura Plena em Matemática da FECLESC/UECE*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática). Quixadá: Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=100193>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MELO, C. I. B. de; SILVA, S. P.; FALCÃO, G. M. B. Identidade e desenvolvimento profissional docente: dinâmica e implicações. *Revista Cocar*. Belém, PA, v. 15, n. 32, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4146>. Acesso em: 10 maio 2021.
- NIAS, J. Changing times, changing identities: grieving for a lost self. In: BURGESS, R. G. *Education Research and Evaluation: For Policy and Practice?* Routledge, 1991. p. 25-44.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 15-34.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15-34.

Recebido em: 29 maio 2022.

Aceito em: 2 ago. 2022.